



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**Considerando que:**

Com o título «Países preparam ano escolar a pensar na variante Delta», o jornal Público, numa reportagem publicada a 20 de agosto, dá conta de que «muitos países contavam com as altas taxas de vacinação para um ano escolar mais calmo. Mas a variante Delta, mais facilmente transmissível, está a deixar muitos com medo de um ano marcado por surtos e alunos em casa», pelo que «estão a planear medidas especiais para o regresso ou alterar regras de isolamento em casos de alunos infetados.»

Ao longo da reportagem são dados exemplos, entre os quais destacamos:

- Israel: «O que se vê não dá azo a otimismo: quando as escolas abriram a 8 de agosto, a comunidade ultraortodoxa representava 5% das novas infeções no país. A 17 de agosto, já representava 12% [...]. O novo ano escolar começará depois de terem sido feitos testes de anticorpos a alunos entre os três e os 12 anos – os que não estão incluídos no plano de vacinação – para verificar que percentagem pode já ter imunidade natural. Também vão ser feitos testes rápidos a 1,9 milhões de alunos de outras idades (há 2,4 milhões de alunos em Israel) e a 2700 professores.»

- Estados Unidos: «Um grande número de alunos e professores voltaram a semana passada às aulas, mas há ainda um debate sobre as medidas de prevenção de transmissão que podem ser adotadas. [...] Algumas zonas na Florida e no Texas disseram que vão desafiar a proibição de máscaras decretada pelos governadores e vão exigir máscaras nas escolas. [...] A Califórnia anunciou esta semana que vai exigir que professores e funcionários sejam vacinados ou testados regularmente, o primeiro estado a fazê-lo, nota a Reuters.»

- França: «O ano escolar começa a 1 de setembro para todos os graus com aulas presenciais, com medidas diferentes que podem ser ativadas em quatro níveis diferentes conforme o evoluir de pandemia a nível local, regional ou nacional. [...] planos diferentes de quarentena para os

maiores e menores de 12 anos: se houver casos de infeção detetados em turmas de maiores de 12, quem estiver vacinado poderá continuar a frequentar as aulas presenciais, e quem não estiver vacinado terá de seguir as aulas à distância em casa durante sete dias. Em relação aos menores de 12 anos, toda a turma terá de ficar em casa durante sete dias se for detetado algum caso de infeção. [...] O ministro prometeu ainda “6000 a 7000 centros de vacinação” a ser montados “próximos ou ao lado” dos estabelecimentos escolares para apressar o processo. [...] há uma grande percentagem de professores vacinados, mais de 80%. Mas disse que se não se aproximasse dos 100%, o governo consideraria, “como último recurso”, tornar a vacinação obrigatória para os professores.»

- Itália: «O responsável pela campanha de vacinação, [...] pediu às autoridades regionais que acelerem a vacinação nas idades entre 12 e 17 anos, para começar o ano letivo com o maior número possível de vacinados, e que deem prioridade a pessoas destas idades [...]. [...] vai ser exigido aos professores prova de vacinação ou de recuperação de covid-19 – assim como a todos, professores, alunos, e funcionários, nas Universidades.»

Face a este quadro internacional, o CDS constata com preocupação que em Portugal, em relação ao ano escolar 2021/2022, cujo início deverá ocorrer entre 14 e 17 de setembro, apenas se conhece o Despacho n.º 8127/2021, de 17 de agosto, que «estabelece as normas a ter em conta na elaboração das ementas e na venda de géneros alimentícios nos bufetes e nas máquinas de venda automática nos estabelecimentos de educação e de ensino da rede pública do Ministério da Educação.»

No entanto, a 9 de agosto, os sindicatos de professores apelaram às autoridades de saúde para que avancem rapidamente com medidas que garantam um ano letivo com aulas presenciais, depois de conhecido um estudo que aponta para a redução da imunidade dos vacinados contra a covid-19.

Em resposta, o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde afirmou que o Governo quer «testar professores nas escolas, porque é muito importante para que se dê início ao ano letivo o mais normal possível e com a maior segurança possível», e acrescentou ainda não poder apontar datas e outros pormenores porque que todo o processo está a ser liderado pela Educação.

Os professores, por seu turno, devem apresentar-se ao serviço nas escolas nos primeiros dias de setembro.

Desconhecendo-se quaisquer orientações da parte do Ministério da Educação a menos de um mês do início do ano letivo, o que é preocupante, o CDS considera ser necessário obter esclarecimentos.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

A Deputada do CDS-PP, abaixo-assinada, vem por este meio requerer ao Senhor Ministro da Educação, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Qual vai ser a política de testagem definida para o pré-escolar, 1.º e 2.º Ciclos (i.e., as crianças abaixo da idade de vacinação)?

2- E qual a política de testagem no caso dos alunos e corpo docente que tenham já sido vacinados?

3- Serão revistas as normas da DGS no caso de isolamento profilático e quarentena para alunos vacinados e não vacinados? E o mesmo no caso dos professores (a fim de evitar que turmas inteiras tenham que estar em casa por períodos de 14 dias, de forma intermitente)?

4- Haverá alterações à política de utilização de máscaras nas escolas?

5- Está o Governo a equacionar uma 3.ª dose da vacina para professores e funcionários de escolas?

Palácio de São Bento, 22 de agosto de 2021

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)